

# Cabo de guerra

Proposta de criação de cotas para a TV por assinatura cria disputa entre grupos nacionais e programadores estrangeiros.

A polêmica das cotas de programação para programadores e conteúdos nacionais, que podem ser implementadas no setor de TV por assinatura, tem dois lados bem definidos. De um lado, grupos de mídia nacionais, que apoiam a idéia de uma reserva de mercado ao conteúdo produzido no Brasil. Do outro, os programadores internacionais e a ABTA, que alegam que o aumento de custos para bancar a idéia das cotas inviabilizaria o mercado.

O que pode acontecer se uma idéia em tramitação no Congresso Nacional tem o apoio de grupos de comunicação como Globo, Abril e Band? O que pode acontecer se estas idéias contam com a simpatia, ou pelo menos a não-objeção, de grupos econômicos como Embratel, Telefônica, Oi e Brasil Telecom? E se somado a isso há um apoio bastante forte do poder Executivo? Esses são alguns dos elementos que permitem dizer que o PL 29/2007 tem grandes chances de ser aprovado mesmo em 2008, um complicado ano para o Legislativo em função das eleições municipais no final do ano. É isso que faz os deputados Walter Pinheiro (PT/BA), Jorge Bittar (PT/RJ) e Júlio Semeghini (PSDB/SP), três dos mais atuantes parlamentares no setor de comunicações, acreditarem que a idéia

tem fôlego para ir adiante.

O PL 29/2007 é a proposta de reforma no marco legal do setor de TV por assinatura. A inovação do projeto é que, além de abrir o mercado de TV paga às empresas de telecomunicações, o PL 29/2007 também cria a figura inédita das cotas para produção nacional e conteúdo brasileiro nas operações de TV paga (ver box). O assunto é tão polêmico e tão significativo, que nos primeiros meses do ano a temperatura subiu entre os programadores internacionais, o deputado Jorge Bittar (PT/RJ), relator da matéria, programadores nacionais e produtores de conteúdo (veja matéria a seguir). Por outro lado,

os grupos de comunicação nacionais começaram a assumir simpatia pela idéia,

"Apoiamos o modelo canadense, que prevê 50% de conteúdo nacional em qualquer operadora de TV por assinatura. Queremos que esse conteúdo seja produzido por aqui, independente da origem do capital que esteja por trás", diz Frederico Nogueira, diretor geral da Band, que além da TV aberta e das rádios está presente no mercado de TV paga com três canais (BandXews,

BandSports e Terra Viva) e ainda é sócia da TV Cidade, uma operadora de porte médio.

"A Abril entende que as cotas surgem como uma alternativa por falta de uma solução melhor à dificuldade de distribuição que o conteúdo nacional enfrenta nas operadoras de TV paga. Existe um bloqueio de fato, e a proposta das cotas ajuda a romper este bloqueio", diz André Mantovani, diretor geral do grupo TV, unidade da Abril responsável pela MTV e pelos dois canais pagos do grupo, o FizTV e o Ideal. A reserva de mercado a que Mantovani se refere é a Globo, que é acionista das duas maiores operadoras de TV por assinatura (Net Serviços e Sky) e distribui os canais pagos da Globosat por meios destas operações, principalmente. O mesmo ponto é criticado pela Band. "Hoje temos três canais e não conseguimos distribuí-los em todas as operações", diz Nogueira. "A figura de um 'gatekeeper' é muito ruim", diz, referindo-se à Net Brasil, empresa ligada ao grupo Globo que faz a ponte entre os programadores nacionais e as operadoras associadas, entre as quais a Net Serviços e a Sky, que representam a maioria da base de assinantes nacional.

Apesar do clima antagônico, a Globo se alinha aos demais grupos e também entende que a idéia de cotas para programação nacional na TV paga é um ponto positivo do PL 29/2007. "A idéia de ter cotas para programação nacional nos agrada porque é fato que existe assimetria competitiva e que os canais



FOTODIVULGAÇÃO

"As cotas surgem como uma alternativa, por falta de uma solução melhor à dificuldade de distribuição que o conteúdo nacional enfrenta nas operadoras de TV paga."

André Mantovani, da Abril

internacionais encontram condições muito melhores de disputar o mercado do que os canais brasileiros. Nós não temos a escala que eles têm", diz Alberto Pecegueiro, presidente da Globosat. Sobre as críticas de que a Globo dificulta a distribuição dos demais



"Não tenho dúvidas que conseguiremos atender com sobra a demanda criada pelas cotas, desde que haja garantias de distribuição."

*Frederico Nogueira, da Band*

Nogueira, da Band. Outro programador brasileiro, que prefere não se identificar, é ainda mais crítico: "as cotas internas, dentro dos canais, para conteúdos brasileiros, são um absurdo. É intervencionismo desnecessário".

Outro ponto: os grupos de mídia brasileiros, sobretudo a Globo, ainda insistem que os limites para a participação das empresas de telecomunicações no mercado de produção sejam equivalentes aos limites que o capital estrangeiro tem para

atendida, em tese, pelos grandes grupos de comunicação brasileiros.

Grupos que, aliás, também estão confiantes de que a demanda por conteúdo nacional será suprida.

"Não tenho dúvidas que conseguiremos atender com sobra a demanda criada pelas cotas, desde que haja garantias de distribuição", diz Frederico Nogueira.

"A TV por assinatura costuma ter uma visão de curto prazo, mas não pode se resignar em ter sempre apenas este conteúdo hoje ofertado. É preciso acreditar que há mercado para mais conteúdo nacional e abrir espaço para isso", diz Mantovani, da Abril. Para ele, uma política de cotas, ainda que não seja a ideal, força o distribuidor a subsidiar o surgimento de novos conteúdos. As atividades de fomento são subsídios de Estado. "O ideal é misturar as

### **OUTRO PROBLEMA QUE BITTAR TERÁ QUE ENFRENTAR É A QUESTÃO DA COTA DE CONTEÚDO NACIONAL DENTRO DOS CANAIS EXISTENTES, DISPOSITIVO QUE PARECE NÃO TER A SIMPATIA DOS PROGRAMADORES NACIONAIS.**

participar do mercado de radiodifusão: 30%. E a tendência é que o deputado Jorge Bittar acate este limite, mudando sua proposta original, que apenas impedia o controle de grupos de telecomunicações em atividades relacionadas a conteúdos.

Já a discussão sobre o que é produção independente, isso deve ser mais complicado. "Eu pretendo manter a definição adotada até aqui, que define como independente aquele conteúdo que não é produzido por grupos ligados à empresa que faça a distribuição". O paradoxo é que, por esta definição, a programação dos canais Globosat é independente quando distribuída pela Telefônica, por exemplo. Ou passarão a ser independentes na Net se um dia a Globo diminuir sua presença societária na operadora. Da mesma forma, os canais e conteúdos da Abril são independentes em operadoras que não sejam ligadas a ela. O mesmo vale para a Band ou Rocord. Com isso, a cota de programação independente poderia ser

duas coisas. Tem que começar de alguma forma, mas invariavelmente vai doer mais para alguém". Sobre os incentivos financeiros que o PL 29/2007 prevê, aliás, Frederico Nogueira é quase indiferente. "Nós não queremos caridade. Queremos é espaço para o conteúdo produzido no Brasil".

Alberto Pecegueiro, da Globosat, vai na mesma linha: "Até hoje produzimos sem incentivos, que aliás são dados aos programadores internacionais no Brasil, e mesmo assim temos a preferência do telespectador".

Jorge Bittar não está sozinho em sua batalha. Tem o apoio do novo presidente da Comissão de Comunicação da Câmara (deputado Walter Pinheiro, veja entrevista nesta edição), do ex-presidente da comissão, Júlio Scmegini (PSDB/SP), que também é um incentivador da idéia, e do Palácio do Planalto, que discretamente costura com a >>

programadores nacionais, Pecegueiro lembra que a decisão de distribuir ou não um canal é apenas da operadora, e que a Globosat não exerce nenhum veto ou ingerência sobre essa escolha. "O fato é que estamos há mais de 15 anos no mercado com os nossos canais, e há anos não lançamos nenhum canal novo porque entendemos que há uma limitação em função do tamanho do mercado. Se alguém chega com um canal novo na praça, tem que justificar aos operadores que vale a pena distribuí-lo", diz.

#### **Concorrência**

Este ponto talvez seja o mais complicado ao deputado Jorge Bittar na relatoria do PL 29/2007. Como encontrar o equilíbrio em relação às questões concorrenciais? A proposta original do deputado é que isso fosse arbitrado pela Ancine. Agora, ele já pensa em deixar a Ancine apenas como instrutora em processos que correriam, naturalmente, no Cadê.

Outro problema que Bittar terá que enfrentar é a questão da cota de conteúdo nacional dentro dos canais existentes, dispositivo que parece não ter a simpatia dos programadores nacionais. "Queremos que a cota preveja canais nacionais, não que parte do tempo de todos os canais tenha que ser de conteúdo brasileiro. Isso seria intervencionismo em atividade privada", diz Frederico

Ancine e com a Anatel o apoio e orientação ao projeto conduzido por Bittar. As teles, que receberão o sinal verde para controlar empresas de TV por assinatura, também estão animadas com a proposta. E a discussão, assim, deve chegar ao Senado no mês de abril com um bom nível de entendimento. Nesse ritmo, deve passar sem problemas.

As contas irão fechar?

Os fios entre Bittar e o setor de TV por assinatura já estavam desencapados desde o ano passado, quando a ABTA saiu atacando publicamente a idéia de uma cota para canais brasileiros em operações de TV paga. A ABTA é a mais importante a associação setorial, reunindo operadores e canais, mas não está sozinha. Há também a ABPTA, que congrega os programadores internacionais, que tem posição semelhante, e a TAP, que reúne em nível regional os mesmos programadores. O incêndio, contudo, veio com o estudo apresentado pela ABPTA e pela Sky em fevereiro. Foi a primeira vez que alguém se dispôs a fazer as contas e tentar avaliar o impacto econômico das cotas sobre o mercado de TV paga.

A empresa Pezco Pesquisa e Consultoria, contratada pelos programadores e pela Sky, fez a conta de quanto custaria produzir o conteúdo demandado pelas cotas.

O que a Pezco fez foi usar os parâmetros de custo de produção adotados pela Ancine, excluir os canais que já cumpririam as cotas (caso elas estivessem vigentes) e estimar o número de horas necessárias para atender a demanda dos demais canais. Sabendo o número de horas necessárias para preencher as cotas, é possível estimar quanto elas custariam. Esta foi a metodologia utilizada.

O resultado é o seguinte: as cotas demandariam, no primeiro

**"Até hoje produzimos sem incentivos, que aliás são dados aos programadores internacionais no Brasil."**

**Alberto Pecegheiro, da Globosat**

ano de vigência, R\$ 850 milhões em investimentos na cadeia. No segundo ano, R\$ 1,66 bilhão. No terceiro, R\$ 2,5 bilhões, até chegar a um acumulado de custo para se cumprir os patamares colocados em lei de R\$ 3,3 bilhões no quarto ano, segundo as contas da Pezco.

Aí começam as polêmicas. O deputado Jorge Bittar rebate, e diz que o estudo da Pezco assume que todo o conteúdo que preencherá o espaço aberto pelas cotas terá que ser produzido do zero. "É preciso considerar que hoje já existe muito conteúdo independente, muito conteúdo em acervo, muito conteúdo já em produção e que nem tudo precisa ser inédito", explica Bittar.

"O desafio de formar novos atores, especialmente produtores e programadores que promovam ainda mais a cultura nacional no segmento de televisão por assinatura não se resolve com cotas ou com restrições artificiais, mas sim com incentivos econômicos adequados", conclui o levantamento da Pezco.



FOTOS: GILBERTO OLIVEIRA

Não é o que pensa o deputado, que defende a sua proposta. "É um mecanismo que obteve grande sucesso na Europa e que efetivamente ajuda a estimular a produção nacional, porque cria uma demanda por este conteúdo e garante a distribuição", diz Bittar.

Aliás, Bittar e a Pezco divergem sobre os resultados das políticas de cotas adotadas em diferentes países, mas isso é tema para outra reportagem.

O estudo da consultoria prefere apostar em formas de financiamento e fomento ao conteúdo, alegando que o impacto econômico para que a demanda por conteúdos seja atendida pela indústria ocasionaria aumento da assinatura paga pelo consumidor de TV paga. Se as contas da Pezco estiverem corretas, o aumento do valor da assinatura passa a ser preocupante, com percentuais variando de 144% nos pacotes básicos mais simples a 82,6% nos pacotes básicos mais completos.

Aumentando o valor das mensalidades, diz a Pezco, diminui-se o potencial de mercado. E a estimativa é de que o mercado se retraia em até 1,5 milhão de assinantes até 2010. Bittar rebate veementemente esta projeção: "Primeiro, porque certamente o investimento na produção nacional não será bancado apenas pela TV por assinatura, já que toda esta produção terá outras janelas. Depois, porque o PL 29/2007, somado aos outros mecanismos já existentes, colocará R\$ 500 milhões ao ano na produção de conteúdo para TV paga. E, por fim, porque o estudo da Pezco não considera que o mercado crescerá com a entrada das empresas de telecomunicações no mercado, e elas têm acesso direto hoje a 35 milhões de lares", diz o deputado. Mesmo assim, ele acena com um alívio, e pretende

### QUAIS SÃO AS COTAS

*Estas são as cotas que o PL 29/2007 estabelece, até o momento (isso pode mudar até o próximo substitutivo, que seria apresentado após a Páscoa):*

*1) Entre os canais qualificados (filmes, séries, infantis, documentários e variedades), todos devem ter 10% de conteúdo nacional e independente.*

*2) Ainda entre os canais qualificados, 30% deles devem ter pelo menos metade de seu conteúdo nacional (segundo a definição de conteúdo nacional adotado pela Ancine) e 25% deles devem ter conteúdo nacional e independente (ou seja, produzido no Brasil e por alguém que não tenha vínculos com a operadora).*

*3) Dos canais qualificados, metade deve ser programada por programadoras nacionais e 30% devem ser programados por programadora nacional independente.*

diminuir a cota de paridade entre canais nacionais e estrangeiros a partir de um determinado nível de empacotamento. "Além dos pacotes básicos e intermediários, não faz sentido exigir que haja sempre um percentual mínimo de canais nacionais", reconhece Bittar.

Segundo Frederico Turolla, um dos autores e coordenador do estudo da Pezco, existe um fator que deve ser observado que é o quanto o usuário está disposto a pagar por conteúdos que ele já conhece (conteúdos de prateleira) e quanto ele está disposto a pagar se o conteúdo que já existe nos canais pagos for trocado por outros tipos de conteúdo (por exemplo, o novo conteúdo nacional). "Nossa percepção, com base nas análises do comportamento dos assinantes, é que para não correr o risco de enfrentar desconexões, as operadoras precisariam investir em conteúdos novos e de qualidade. Para fazer isso, seriam necessários investimentos, o que levaria a um aumento da assinatura, e isso pode levar a desconexões".

"Eu não entendo de onde pode vir a idéia de que os canais com conteúdo nacional não terão interesse do assinante. Hoje, os canais brasileiros estão entre os mais assistidos. Cerca de 70% da audiência da TV paga vai para os canais abertos, que têm essencialmente conteúdo nacional", contra-argumenta Bittar.

#### **Crise internacional**

A discussão sobre cotas na perspectiva dos argumentos econômicos pode nunca ter fim. Sempre haverá um argumento em favor de uma perspectiva ou de outra. Por isso mesmo é que o debate é político.

A outra variável que surge nesse momento, portanto, é até que ponto a legislação brasileira pode

influenciar em um mercado essencialmente privado, como é o mercado de TV paga.

"O problema maior desta política é que ela interfere na liberdade que o programador tem de fazer seu canal como preferir. O programador zela pela qualidade dos programas, ele faz a grade da forma como acha mais interessante e oferece ao mercado. Se o mercado compra, não tem porque mudar", diz Scan Spencer, presidente da TAP Latin America, associação que reúne os principais programadores internacionais. Para Spencer, caminhos como os que existem no Artigo 39 da MP 2.228/2007, que criou a Ancine, são mais eficientes. Por este mecanismo, a programadora internacional pode reservar parte do que pagaria de Condecine sobre as remessas ao exterior para co-produzir localmente. "Levamos um bom tempo negociando o Artigo 39, que agora ganhará o reforço do artigo 3A da Lei do Audiovisual", lembra Spencer, mencionando



"Hoje, os canais brasileiros estão entre os mais assistidos. Cerca de 70% da audiência da TV paga vai para os canais abertos, que têm essencialmente conteúdo nacional."

Jorge Bittar (PT/SP), relator do PL 29

mecanismo semelhante que converte parte do Imposto de Renda em fundos para a co-produção. "Por que não esperamos todos estes mecanismos estarem funcionando de forma combinada antes de criar uma regra como a das cotas?", pergunta Spencer.

Há alguns anos, mais precisamente em meados de 2001, o mercado de programadores internacionais viveu uma situação muito parecida. Foi quando o governo FHC e o GDIC (grupo que à época buscava soluções para o desenvolvimento da indústria do cinema) discutiam a medida provisória que criou a Ancine. Naquela ocasião, a MPA (Motion Pictures Association, a poderosa associação dos estúdios do cinema dos EUA) e a TAP

encaminharam a todos os ministérios com voz ativa em relação à questão (Cultura, Comunicação, Casa Civil, Fazenda e Desenvolvimento), além da Embaixada do Brasil em Washington, cartas de conteúdo duro, contestando a falta de transparência do governo no trato desta questão. As associações ameaçavam, caso medidas como "criação de contribuições obrigatórias para os setores de programação estrangeira de TV por assinatura e de publicidade, bem como a instituição de quotas mínimas de programação local para os operadores de TV a cabo" fossem adotadas contra a indústria audiovisual norte-americana sem que os estúdios e programadoras fossem ouvidos, desistir do mercado brasileiro, suspender a venda de programação e, mais grave, recorrer à Organização Mundial do Comércio (OMC). Como se não bastasse o tom das cartas, elas ainda foram com cópia para o United States Trade Representative (USTR), o poderoso órgão de comércio exterior norte-americano.

Hoje, levar a questão para a OMC está descartado, já que os países têm o direito de impor restrições a bens culturais estrangeiros. A MPA também não está participando de nenhum tipo de pressão, já que a discussão do PI, 29/2007 não passa pelo cinema e a associação está desarticulada no Brasil. Mas ainda assim os canais estrangeiros estão mantendo as autoridades dos EUA informadas sobre os acontecimentos. "Não chegamos ainda no ponto de buscar ajuda das autoridades internacionais porque acreditamos que o deputado Jorge Bittar estará aberto ao diálogo, assim como pelo menos mais 13 deputados que se dispuseram a cfitender o problema dos programadores", diz Spencer, sem descartar nenhuma possibilidade.